

Como Vamos Melhorar a Educação nos Próximos Anos?

Apresentação do Debate Nacional Sobre a Educação
Assembleia da República, 22 de Maio de 2006

Júlio Pedrosa de Jesus, Presidente do Conselho Nacional
de Educação

A Assembleia da República mandatou o CNE para organizar o Debate Nacional sobre a Educação, uma iniciativa promovida, conjuntamente pela Assembleia da República e pelo Governo, para comemorar os 20 anos da aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Esta é uma responsabilidade que o Conselho Nacional de Educação assume com o maior empenho e agrado. Vemo-la como uma demonstração de confiança por parte dos seus promotores e como uma decisão que vem ao encontro de perspectivas apresentadas pela generalidade dos conselheiros nos momentos em que foram solicitados a pronunciar-se sobre o seu sentido e alcance.

O Conselho Nacional de Educação é um órgão autónomo, que acolhe no seu seio vozes que representam um variado leque de interessados pela Educação. Por isso, tem as condições para, na própria concepção do debate, reflectir as múltiplas visões que existirão no País sobre esta decisiva condição de desenvolvimento humano que é a Educação. O programa delineado, e que lhes apresento hoje, compreende linhas orientadoras, objectivos, áreas temáticas e estrutura organizativa que mereceram o consenso do Plenário do Conselho.

Um Debate Nacional desta natureza é uma ocasião para trazermos a Educação para a frente do nosso universo de preocupações. O debate deve ser, também, uma oportunidade para encontrarmos pontos de acordo e de diferença sobre as vias para termos uma melhor Educação, em Portugal.

Assim, entendeu-se que o Debate se deve regular pela seguinte matriz de princípios orientadores: *transparência, democraticidade, abertura, pluralidade, participação e responsabilidade*.

Transparência que se traduzirá no livre acesso às iniciativas e aos seus resultados, às declarações e depoimentos, aos estudos, sínteses e relatórios, que ao longo do debate se irão produzindo.

Democraticidade, abertura e participação porque se fará o que estiver ao alcance da organização para trazer todos ao debate, recolher os contributos onde quer que eles surjam, apelando-se a que todos se envolvam, do cidadão mais anónimo ao mais conhecido.

Responsabilidade, porque o Debate só terá êxito se significar um entendimento de que a educação e a escola não são centros de interesses exclusivos de alguns. São sim assuntos que exigem alargado envolvimento social e uma clara e assumida distribuição de responsabilidades por múltiplos e diversos actores.

Mas importa esclarecer que não vemos o debate a centrar-se sobre o passado. O nosso fim é esclarecer o que precisamos de fazer, em matéria de educação, para termos o melhor futuro possível. Não o faremos ignorando o percurso que fizemos, naturalmente. Por isso iremos procurar informar o debate com o que for relevante para se entender a situação de onde partimos e centraremos a nossa atenção nos objectivos seguintes:

1. Dinamizar o debate sobre a educação no seio da sociedade, fomentando a discussão dos problemas e dos modos de os resolver, mobilizando parceiros e actores capazes de protagonizar as melhorias necessárias.

2. Identificar questões críticas na organização do sistema educativo e no funcionamento das escolas.
3. Identificar linhas de orientação e metas para melhorar a educação, no horizonte dos próximos anos.
4. Fundamentar a opção e a necessidade de um investimento social contínuo na educação.
5. Envolver e comprometer os actores sociais na melhoria da qualidade.

O ano 2006 é pleno de significados para o mundo da Educação. Celebramos 30 anos sobre a aprovação da Constituição da República, onde estão consagrados princípios fundamentais, que regem a nossa vida juntos e orientam a nossa condição de cidadãos desta Pátria. Estes princípios informam a Lei que enquadrou os desenvolvimentos da Educação nos últimos 20 anos, a Lei nº 46/86, de 14 de Outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo, cuja aprovação celebramos com a realização do Debate Nacional sobre a Educação.

Estas décadas significam, também, grandes mudanças políticas, sociais e económicas, com fortes impactos no campo da educação e, mais particularmente, na educação escolar. Pela primeira vez na nossa história cumprimos o objectivo de proporcionar educação básica de nove anos a todas as crianças, uma meta fundamental, a que tantos portugueses deram o seu melhor. O atraso educacional de que se partiu era tal que, apesar de se ter expandido a frequência da educação pré-escolar e dos ensinos secundário e superior, há ainda largo campo de acção, a exigir muito de nós. Construiu-se um parque escolar mais moderno e o investimento público em educação aumentou de modo muito significativo. A diversidade social, étnica, linguística, cultural está hoje bem presente nas escolas. A democracia instituiu-se e alarga-se a percepção de que a

educação é o mais sólido suporte ao desenvolvimento de Portugal.

Mas, volvidos estes anos, e como todos sabemos, subsistem problemas e impasses a que ninguém deve ser indiferente. Mais, a sua superação exige esforços de tal monta que só a mobilização das energias dos cidadãos e das instituições lhe poderá responder. Falamos da condição cultural geral, do insucesso e do abandono escolar prematuro e desqualificado, do baixo nível de qualificações da população adulta e da deficiente preparação de muitos jovens que entram no mercado de trabalho. Não ignoramos a persistência de enormes desigualdades sociais e geográficas, do ainda insuficiente investimento em investigação e desenvolvimento, dos precários resultados alcançados por várias reformas.

Entretanto, os nossos parceiros europeus desenvolveram muito os seus sistemas educativos e alcançam hoje patamares de qualidade muito acima dos que nós conseguimos atingir. A economia europeia, que pretende ser “a mais competitiva do mundo, baseada no conhecimento”, tal como apontou a “Estratégia de Lisboa”, em 2000, é um desafio que nos obriga a um redobrado e urgente esforço. Esforço na clarificação de metas, em mudanças nos processos de trabalho, na redefinição de prioridades e na mobilização dos actores sociais. Os objectivos inscritos no Programa Educação e Formação 2010, com que nos comprometemos, as crescentes exigências de uma Europa alargada e da competitividade mundial, em que a persistente debilidade da nossa economia é mais visível, só reforçam o carácter essencial de uma orientação política e estratégica assente na melhoria da Educação.

Um País em que cerca de 70% da população adulta tem menos de 9 anos de escolarização não pode desvalorizar a educação escolar e deixar de reconhecer que tem de fazer da Educação Básica o verdadeiro passaporte para a cidadania. Por isso, a missão da escola, em complemento da educação familiar, deve estar hoje no centro do debate educacional, para que se assegure a promoção do desenvolvimento humano, a formação de cidadãos mais autónomos, livres, empreendedores, solidários e responsáveis.

Corremos, entretanto, o risco de ver crescer, em Portugal, um fosso entre as instituições de ensino e a sociedade, quer fruto das dificuldades das escolas em corresponderem às expectativas, quer como resultado de um fechamento das instituições de ensino sobre si mesmas, quer ainda porque os actores sociais se afastam, pensando que não lhes cabe qualquer responsabilidade na vida e resultados das escolas.

Temos de combater um olhar permanentemente situado no lado das dificuldades e dos problemas e não podemos aceitar a perspectiva de que os actores sociais do nosso país não compreendam que o futuro da educação e do ensino dos portugueses só se construirá com o empenhamento dos grupos de interessados.

Se é este o contexto em que surge o Debate Nacional sobre Educação, esta iniciativa não pode ser mais um momento de conversa entre uns quantos especialistas.

O Debate tem um foco muito claro: como vamos melhorar a educação nos próximos anos? E tem duas finalidades que são simples de enunciar:

- *Identificar as questões críticas;*
- *Propor as linhas de orientação e definir metas e compromissos para melhorar a educação.*

Pretende-se, pois, que o debate seja focado, o que quer dizer que nem todas as questões merecerão o mesmo destaque, embora tudo possa ser discutido. Elegemos *cinco áreas temáticas*:

- (i) educação e cidadania;*
- (ii) qualidade e equidade em educação;*
- (iii) escolas, professores e outros profissionais;*
- (iv) aprendizagem ao longo da vida e desafios do emprego;*
- (v) ciência, investigação e desenvolvimento educativo.*

Para cada uma destas áreas foram elaboradas *cinco perguntas para o debate*.

A estas cinco áreas acresce uma outra, aberta, susceptível de acolher todos os contributos que não se enquadrem naquelas: *Cinco metas e medidas para melhorar a educação nos próximos anos*.

O Conselho Nacional de Educação tem sido uma sede de debate plural, aberto, sereno e responsável. Vamos procurar que esta matriz, conhecida e reconhecida através da emissão de múltiplos pareceres e recomendações, perpassa o Debate e informe o que dele resultar.

Há hoje fortes evidências de que os resultados académicos das escolas são fortemente influenciados pelos contextos sociais e culturais em que a sua missão se cumpre. Por isso, buscar-se-á o envolvimento das mais diversas organizações e instituições, quer das que têm um empenho reconhecido e continuado, quer daquelas que até hoje possam ter estado dormentes para o estabelecimento de compromissos com o desígnio educativo nacional. A participação de todos os actores sociais e políticos é

decisiva, pois só eles, associados às escolas, poderão protagonizar as melhorias necessárias.

A primeira fase do nosso trabalho, que decorrerá até final de Setembro, centrar-se-á na promoção do Debate em todo o país, do modo mais descentralizado possível. Simultaneamente, o Conselho promoverá audições públicas e seminários, e todos os seus Conselheiros se irão empenhar em acções junto dos sectores da sociedade portuguesa que representam. Mas é preciso irmos mais longe: todos os cidadãos e todas as instituições sociais locais são chamados a participar activamente e a fazer-nos chegar os seus contributos.

A estas formas de participação junta-se o Sítio do Debate, na Internet, aberto desde hoje, bem como a possibilidade de, quem quiser, nos fazer chegar ao Conselho as contribuições que entender.

Em Setembro esperamos poder identificar as grandes áreas de confluência do Debate e quais as questões que mereceram mais atenção. A partir dessas questões e dos contributos de um alargado painel de individualidades nacionais serão promovidos debates centrados sobre tais temáticas, nos meses de Outubro e Novembro.

Haverá o cuidado de organizar e dar a conhecer, através do sítio do Debate (www.debatereducação.pt), todos os contributos dos portugueses e todos os documentos de apoio ao Debate. No final, será elaborado o Relatório Final, que ficará também disponível na Internet.

Uma Comissão Especializada do CNE, presidida pelo conselheiro Joaquim Azevedo tem a seu cargo a organização do Debate.

Os promotores do Debate Nacional sobre a Educação, a Assembleia da República e o Governo, saberão, no seu termo, reter as conclusões e retirar as devidas consequências políticas, tanto no plano legislativo como no plano executivo.

Como vamos melhorar a educação nos próximos anos?

O Debate há-de contribuir para um fundado juízo sobre o que devemos fazer para termos uma educação melhor. Esta é uma nova forma de participação na vida pública, que tem uma característica singular: é um debate para se actuar.

Assim, esperamos apresentar à Assembleia da República e ao Governo as linhas para um compromisso a cumprir, correspondendo à prova de confiança que a Assembleia da República em nós depositou, ao mandatar-nos para organizar o Debate Nacional sobre a Educação.